

A revista *Brotéria*: entre a Igreja e a República.

Referentes de cultura científica

M. Fátima Nunes*

1. Reflexões sobre Imprensa Científica e República

Em tempo de comemorações científicas da implantação da República (1910-2010) refazer a memória, ou visitar alguns dos mitos implantados na tradição das ideias feitas de uma historiografia política, datada contextualmente pelo nacionalismo do século XX, é um grande desafio. Mas, também um prazer – ir em busca de referentes para abordar temáticas que rompem o binómio de República e Política, entrando na caixa de mistérios de investigação que constitui (ainda hoje em Portugal) a história da ciência, em contexto cultural e social.

Em trabalhos recentes de História e Filosofia da Ciências¹ muitos ainda sob o impulso de investigação do ciclo científico da República, tem sido construída uma nova agenda de investigação e um novo panorama de enquadramento da cultura científica, na sociedade. Em primeiro lugar salientamos o facto de a história das instituições científicas, das revistas de cultura e ciência, dos trajectos de prática científica dos membros da comunidade científica não se encontrarem reféns da

* Universidade de Évora – Departamento de História; Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência; e-mail: mfn@uevora.pt

1 No Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência temos vindo a desenvolver trabalho no campo da História da Ciência em Portugal – numa perspectiva comparada – e o aprofundamento de algumas questões relativas a «mitos» de lenda negra sobre o território português têm-se colocado de uma outra forma. Cfr. A. Fitas, M. Rodrigues, M.F. Nunes, *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2008. Ver ainda tese de Mes-

trado de Célia Antunes Dias, *Um olhar sobre o «baú» do laboratório de Física da ESNA – contributo para a valorização da herança do Colégio de S. Fiel*, dissertação de Mestrado em Química em Contexto Escolar, orientação de Mariana Valente (CEHFCi), Universidade de Évora, 2009. No âmbito de outros centros de investigação devemos referenciar o amplo trabalho já desenvolvido pelo CIHCT-UNL/UL, o Ceis20- UC e ainda os trabalhos de Fernando Catroga no âmbito da história da cultura republicana no século XX, um conjunto de produção científica que tem aberto muitas portas para este campo de trabalho.

cronologia política de «antes e depois» da República.

A imprensa cultural e científica constitui um excelente terreno de acção para podermos entender as longas permanências, as inovações cruzadas com a manutenção de ideias estruturantes que se sobrepõem a conjunturas rápidas de mudanças bruscas. Há adaptações, há introdução de inovações legislativas, de regime, o mundo muda, mas quando se olha em busca da longa duração entende-se que muito do *stato-quo* científico transita do final da Monarquia para a República, atravessa o Estado Novo e retoma novas cores e novos desígnios com a Democracia, após Abril de 1974.

A história numa perspectiva de longa duração tem estas surpresas e estes *leit-motifs* para grande entusiasmo dos historiadores que sabem transformar em memória a investigar, o que anteriormente era considerado uma verdade absoluta e incontestável. Sem dúvida que o binómio «Cultura Científica – República» muito tem a ganhar com a multiplicação de novas linhas de leitura, resultantes de novas abordagens de investigação e de reflexão. Alguns mitos caem, cronologias políticas de ruptura de tempos históricos surgem interrogadas, e o caldo cultural de uma história global começa a emergir com várias tonalidades, com diferentes *nuances*. Este conjunto de pressupostos torna-se visível quando entramos no domínio da investigação da história da ciência e dos mecanismos culturais de difusão e transmissão de saberes científicos. Sobretudo quando analisamos periódicos científicos e / ou periódicos culturais e científicos, instituições de rosto colectivo que reflectem projectos de intervenção na sociedade, em prol da difusão da ciência, dando conta dos progressos que cada área do saber vai atingindo, evidenciando polémicas, mostrando rostos personalizados de gente da ciência em acção, no espaço público português, europeu, atlântico e ocidental..

2. A imprensa médica: breves notas sobre a queda de uma cronologia republicana

Quando, recentemente, em contexto cultural da Câmara Municipal de Moncorvo abordamos as revistas de Medicina e a temática República tivemos oportunidade de seguir um guião subordinado ao tema «Doze ideias sobre temas e estratégias de Medicina e Saúde Pública. *A Medicina Contemporânea e Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*»² Na mira de encontrar alteração de discurso sobre medicina e saúde pública em Portugal na mudança de regime da Monarquia Constitucional para a República procuramos canalizar a nossa atenção para dois dos mais importantes periódicos de Medicina em Portugal dessa época. Um, o já referenciado *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*; outro o intitulado *A Medicina Contemporânea*, que surge em 1883, conotado desde sempre com a figura de Miguel Bombarda³.

O olhar lançado à *Medicina Contemporânea*, justificou-se desde logo por pos-

2 Primeiras Jornadas de História da Medicina em Portugal – Torre de Moncorvo 30 Maio 2009. A comunicação apresentada intitulou-se «Saúde Pública em duas revistas

médicas: temas e estratégias da I República na *Medicina Contemporânea* e no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*»

3 Cfr. Paulo Araújo, *Miguel Bombarda médico e político*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

suir uma auréola mítica de discurso higienista, de republicanismo protagonizado pelo seu Director. Como hipótese de pesquisa Procurava-se mudanças estruturantes do discurso higienista, rompimentos gráficos e de conteúdos de artigos, alteração de formato, alteração da regular organização de notícias, enfim alguns artigos de fundo sobre a implantação da República! O resultado encontrado foi inesperado. De facto o ano de 1910, mais especificamente o número referente a 16 de Outubro desse novo tempo inaugural do regime republicano, foi marcado (com honras de primeira página) com a notícia da morte de Miguel Bombarda! Neste balanço de notícias necrológicas já com tempero de discurso livre republicano, destacamos duas tónicas para os nossos objectivos, o facto de Bombarda passar à categoria de patriota da Nação, e o apontar do seu trabalho de cientista em acção, «trabalhado devotadamente para o seu engrandecimento, quer na cátedra que tanto honrou, quer nos congressos internacionais⁴ impondo o nome português à admiração de toda a medicina culta, quer na tribuna popular ou parlamentar»⁵.

Dado o impacto que teve a morte de Miguel Bombarda na revista médica designada de *contemporânea*, considerámos útil iniciar uma arqueologia de artigos, de ideias, de conceitos e de personalidades desde o seu início, em jeito de súmula de perfil de publicação. Esta, desde sempre conotada com Bombarda e com o poder médico, com a alimentação do debate público em torno de temáticas inovadoras, como o uso social da medicina e a organização de um sistema e de instituições úteis à saúde pública, decerto temas caros ao imaginário de cientismo positivista, de laivo republicano. Num olhar rápido aos índices, e a alguns dos artigos da revista, neste tempo de transição de monarquia para a república, percebe-se que se estabelece uma rede de instituições de Lisboa e do resto do país, relacionadas com os espaços de saúde e a sua promoção científica e política para o desenvolvimento social de Portugal.

De acordo com os artigos publicados até à morte de Miguel Bombarda percebe-se que um dos objectivos fundamentais de *A Medicina Contemporânea* é fornecer ao leitor – membros da comunidade médica e farmacêutica –, e aos poderes públicos, informações detalhadas relativas a espaços de saúde e de medicina existente no País, assim como lançar achegas para a importância de laboratórios e de hospitais funcionarem de acordo com uma gramática de progresso científico, sobretudo influenciada pelos modelos francês e alemão.

Num breve balanço, podemos afirmar que não existem cortes entre a lógica discursiva de *A Medicina Contemporânea* antes e depois da implantação da República, em 1910. O que encontramos, desde a sua fundação em final do século XIX, são um conjunto de traços de permanência e de continuidade de discurso científico e de ideologia científica, que podem assumir retóricas de crítica política ou ideológica. Em jeito de síntese podemos afirmar que a revista médica, dirigida boa parte do tempo por Miguel Bombarda apresenta enormes traços de permanência mitigados com laivos de inovação científica ao nível do discurso transmiti-

4 Com particular destaque para o XV Congresso Internacional de Medicina em Abril de 1906, realizado em Lisboa, na Escola Médica de Lisboa, tendo tido um enorme envolvimento de Miguel Bombarda quer na sua organização quer na projecção internacional da comunidade médica em Portugal.

5 A revista científica intitulada *A Medicina Contemporânea Hebdomario Portuguez de Sciencias Medicas*, apresenta como folha de rosto a fotografia de Miguel Bombarda; cfr. A. de Vasconcelos, «III – Bombarda patriota», *A Medicina Contemporânea*, 16 Outubro 1910: 326

do no espaço público. E com uma nova arma de intervenção no espaço público: a publicidade. Uma nova estratégia de afirmação de poder de uma comunidade cada vez mais indispensável à população – os médicos e os engenheiros de saúde pública, para usarmos a terminologia de Bombarda.

Será em 1912 que a revista assume uma postura de balanço de longa duração das instituições médicas e do prestígio que estas podem emprestar à República, dotando de força científica a Pátria e a Nação. Uma leitura atenta ao longo artigo de *A Revista Contemporânea* de final de 1912 permite-nos entender que se trata de um balanço de um percurso percorrido pela comunidade médica portuguesa, cientificamente e militantemente publicitado a partir do nascimento da revista, em 1883. Este longo repositório de memória pode ser assumido como uma plataforma de chegada, e de cobertura nacional, para o ensino das práticas médicas sanitárias, a partir das três cidades universitárias: Lisboa, Coimbra e Porto.

Quando nos voltamos para *O Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, rosto colectivo de longa duração (desde o ano 1836) da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa rapidamente entendemos que se a comunidade científica é a mesma, a tónica e a estratégia do discurso das suas páginas é diferente⁶. Neste jornal, órgão de uma sociedade científica médica, temos a divulgação endógena dos debates da comunidade, da geografia dos seus sócios nacionais e internacionais, o que permite entender o estabelecimento de redes de largo espectro espacial. Para além de excertos de Actas, das entradas por permuta na Biblioteca da Sociedade, o *Jornal* não hesita em realizar a cobertura de Congressos considerados fulcrais para a comunidade médica que representa. Em síntese, temos um conjunto de textos institucionais que marcam sempre o andamento anual da publicação, evidenciando a vida interna e as ligações internacionais que a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa mantinha.

A implantação da República não provocou rupturas, facto confirmado pela comemoração dos 150 anos da Sociedade, dado que se selecciona uma data de século XIX (1868 – momento de estancar as crises financeiras internas) para a seguir se fazer publicitar o facto de a Sociedade ter sido agraciada com a grã-cruz da Ordem Militar de Santiago e Espada, através do Ministério da Instrução Pública, por Dec.-Lei de 15 de Outubro de 1924 e publicado em *Diário do Governo* em 28 de Novembro de 1925⁷.

Em termos de balanço deste *working in progress* destacamos o facto de as estratégias da comunidade profissional e científica médica utilizada nas duas publicações – *A Medicina Contemporânea* em *O Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* – constituírem dois exemplos distintos de imprensa médica especializada, mas protagonizados por um mesmo rosto colectivo humano, com empenhamentos profissionais e práticas científicas comuns. O que torna distintas estas duas publicações são os seus públicos e os círculos de opinião pública onde se

6 Uma memória sobre a Sociedade e o *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa* pode ser consultada em J. Cortez Pimentel, «Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Outubro 1974: 659-723. Um repositório informativo muito importante para se entender a construção da

memória institucional e científica por parte da Sociedade e a preocupação de divulgar para a comunidade científica o travamento de coerência da instituição.

7 Ver Cortez Pimentel, «Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Outubro 1974: 714.

inserir. Estamos perante uma mesma comunidade científica e profissional, desempenhando um duplo papel de intervenção na sociedade portuguesa.

E a pergunta inicial, quase de retórica de mitos cristalizados de visões da História. E a República de 1910? Onde está nesta comunidade médica, cujo suporte e saber *vs.* poder tão importante foram na legitimidade da publicitação e implantação do novo regime? Onde se encontram os traços da ideologia científica ao serviço da ideologia política, tendo com intermediário a ideologia dos profissionais da saúde e da medicina? A resposta é rápida e peremptória. A arquitectura e a gestão interna das duas revistas NÃO APRESENTA ALTERAÇÕES de registo de organização Não se registam referências directas ao novo regime ou à nova configuração Estado.

Permanências e não rupturas; estruturas organizativas de publicações científicas que nasceram no final da Monarquia e se prolongaram e projectaram no pós 5 de Outubro de 1910. Ou seja, pretendemos ter um contexto de investigação instalada, de alguma olhar interpretativo, sobre revistas culturais e científicas, antes de lançarmos um repto de desafio à *Brotéria* – publicação da responsabilidade da Companhia de Jesus, expulsa de Portugal com a implantação da República, em 1910.

3. A BROTERIA: dossier de análise

O signo *Brotéria* remete-nos inevitavelmente para o século XVIII, para o signo linguístico Natureza, para uma nova dimensão antropológica de religião e Filosofia Natural; evoca-nos a acção científica de Brotero, naturalista internacional do século XVIII, e, em simultâneo, os jardins botânicos e a geração do parceiros da então jovem Academia Real das Ciências de Lisboa⁸.

Então, temos um tempo de referência que vem do universo cultural e científico da Filosofia Natural, do magistério pedagógico da Real Academia das Ciências de Lisboa e do papel internacional do Abade Correia da Serra. A ideia e a palavra *Brotéria* remetendo-nos ainda para a *Sociedade Broteriana* e para o *Boletim da Sociedade Broteriana (1880-1920, I série)*, em Coimbra, sob a acção científica de Júlio Augusto Henriques (1838 – 1928)⁹, naturalista inserindo-se nas práticas científicas da Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra, convivendo com a presença da Faculdade de Teologia da mesma Universidade. Espaços que geram ideias, sociabilidades intelectuais, científicas, religiosas que implicam teias culturais e filosóficas que se vão estendendo pela sociedade portuguesa desde o último quartel do século XIX.

Brotéria. A designação vem de Coimbra, a actividade de fazer aparecer uma nova revista no panorama cultural português fixa-se em Lisboa: em 1901 pela mão

8 Cfr. A. Simões, M.P. Diogo, A. Carneiro, *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, Porto, Porto Ed., 2008; M. F. Nunes, N. Cunha (coord),

Imagens da Ciência século XVIII-XX, Lisboa, Caleidoscópio, 2005.

9 Cfr. Jorge Guimarães, <http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=4&language=pt&tabela=geral>

dos jesuítas e dos seus colégios de Campolide e de S. Fiel em Castelo Branco¹⁰. Inaugura-se, pois, uma nova era na parceria cultura – ciência – religião, ainda sob influência da modernidade da pedagogia jesuítica da *Ratiom Studiorum*¹¹.

A revista apresentar-se como o veículo de informação e divulgação científica naturalista, com forte componente na zoologia, e na botânica, estabelecendo as redes científicas com as demais áreas das Ciências da Natureza, ainda sob consulado das cadeiras de Botânica e Zoologia da Academia Politécnica do Porto, da Escola Politécnica de Lisboa e da Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra, onde continua impor-se a figura de Brotero e o seu Jardim Botânico.

Se o *working in progress* centrado na temática República e Medicina, sob o *focus* de revistas médicas, nos tinha surpreendido com os resultados de trabalho de campo de pesquisa, porque não ir em busca de sinais possíveis de contrariar o fim dos Jesuítas e de tudo quanto estava associado à sua prática cultural, filosófica e científica?

Se o Colégio de Campolide foi fechado com a República – dando lugar a instalações militares¹², porque não ir em busca de entender o que se passou com esta Revista durante a República. Não esquecer que a publicação foi, e ainda é, uma referência nacional e internacional da cultura filosófica e científica, sobretudo das ciências naturais e biológica, como o número comemorativo – 100 – da *Brotéria* evidencia, trazendo várias novidades historiográficas para o debate científico¹³.

Claro que temos as resistências de leituras de ideias feitas sobre as difíceis relações entre República e Jesuítas. Lembramos, o mito dos jesuítas, a República e o retorno a 1759, a hiper-valorização da expulsão da companhia ordenada pelo Marquês de Pombal. Na memória colectiva cria-se o mito explicativo de associar linearmente o pombalismo ao republicanismo e à secularização e laicização da sociedade. Uma verdadeira aceleração ideológica no laboratório da História do século XVIII e, depois, a sua projecção ideológica e instrumental para a transição do século XIX para o século XX¹⁴. Se esta corrente de interpretação do passado histórico português galvanizou muitas polémicas, lavrou muitos terrenos de debate, impondo-se quase como mito e realidade, uma só verdade (qualquer que seja o lado de observação da polémica) não podemos ficar indiferentes a todo um trabalho de revisão de matéria, de reformulação de agendas historiográficas e de

10 Cfr. Célia Antunes Dias, *Um olhar sobre o «baú» do laboratório de Física da ESNA – contributo para a valorização da herança do Colégio de S. Fiel*, dissertação de Mestrado em Química em Contexto Escolar, orientação de Mariana Valente (CEHFCi), Universidade de Évora, 2009.

11 Cfr. Número especial da revista *Economia e Sociologia* (88/89), Évora, 2009: *A Universidade Jesuítica de Évora (1559-1759). Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo*, Instituto Superior Económico e Social de Évora, apoio Fundação Eugénio de Almeida.

12 O tempo longo (e a ironia da História das sociedades) haveria de retirar os militares do amplo edifício e fazer instalar a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, alguns dos professores desta Universidade participaram no número comemorativo - 100 - da *Brotéria*.

13 Cfr. Legenda Ilustração 1.

14 A título de exemplo recordemos as leituras clássicas em torno da figura retórica de «mata frades» protagonizada por Afonso Costa, a vertente jacobina sobre o perigo dos Jesuítas, enaltecendo o fascínio da prática da antropometria médica, como a conseqüente perspectiva de olhar a religião e os jesuítas como a aberrações da natureza humana.



Ilustração 1: 100 anos de comemoração da revista BROTÉRIA, a vitalidade a longa permanência de uma publicação cultural e científica que se iniciou nos alvares do século XX, em plena afirmação da ideologia científica, do triunfo da biologia e das ciências naturais.

agendas de investigação que a República, 100 anos após a sua implantação, provoca no ofício dos historiadores e no trabalho desenvolvido nas suas oficinas de artesão do passado!

Sob o ponto de vista metodológico estamos habituados a realizar a arqueologia das coisas e das ideias, das palavras em terrenos de investigação relacionados com imprensa periódica cultural e científica. Entrar na lógica interna de uma revista, e entender o seu público entendimento, implica entrar nos meandros da história da ciência e difusão do conhecimento e da vulgarização científica a partir de uma comunidade organizada e que funciona com redes de intercâmbios e de trocas de colecções, revistas, livros, instrumentos, cartas, uma cadeia de referências e de dados inovadores...

Um primeiro encontro que realizamos para esta intervenção situa-se no ciberespaço da *world wide web*: colocar no motor de pesquisa *Google* BROTÉRIA. E... o encontro foi, deveras, espantoso. O local da Biblioteca Digital do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* – Madrid/Espanha – dá livre acesso ao acervo da Biblioteca do Jardim Botânico de Madrid, onde se encontra a colecção científica da *Brotéria*, série Botânica, com edição regular que entra pela década de trinta do século XX, sem interrupção alguma motivada pela implantação da República, no início do século XX em Portugal.

Estamos perante um facto de permanência e de persistência que se desdobra em duas facetas; uma, a manutenção da colecção científica; outra, ter sido encontrado (na Biblioteca Nacional de Portugal) um número de Suplemento à *Brotéria*, Março-Abril de 1913, intitulado «A Brotéria no Exílio».

Compilando os dados destes dois sectores de informação percebemos que a acção de difusão cultural e científica se espalhava por diferentes temas: a zoologia, a arqueologia, a botânica, a geologia, as colecções e os museus científicos, assim como os instrumentos de ciência, o ensino e divulgação científica.

E, folheando as páginas na Biblioteca Digital – <http://bibdigital.rjb.csic.es/spa> – percebemos as redes de contactos estabelecidos com sociedades e associações



Ilustração 2: Sob coordenação do redactor da revista – Cândido Mendes de Azevedo, S.J., publicou-se na Imprensa Ibérica, em Madrid, este suplemento explicativo da capacidade de resistência e de sobrevivência da *Brotéria*, «dois anos e meio são passados depois que os redactores da Broteria foram expulsos de Portugal pelo governo provisório da República e espoliados dos seus livros e colecções científicas, pelo único motivo de serem Jesuítas», afirma-se logo na abertura deste Suplemento.

científicas, nacionais e internacionais; um espólio de redes de diálogo que se adinham entre revistas internacionais, científicas, que navegam nas águas das ciências da Natureza pelo mundo ocidental, na primeira metade do século XX, ultrapassando a data mítica do fim da I Guerra Mundial.

Num outro modo de leitura – a cadeira de leitor da BNP – ou da Biblioteca da Brotéria, sentimos o palpitar de reinventar o presente, em 1910-1911. Referimos aos textos de diferentes origens (trata-se quase de uma antologia de referências nacionais e internacionais, um suplemento especial da revista composto por cerca de sessenta páginas: «A Brotéria no Exílio».

Sob o ponto de vista geográfico-cultural sentimos o peso mítico do exílio e os mecanismos da valorização e da propaganda: Brasil, Espanha e em parte a existência de uma Europa do outro lado dos Pirenéus.

Neste número de excepção muita informação é fornecida ao leitor. A história breve da *Brotéria* em Portugal: um empreendimento cultural e científico que implicou organizar a publicação, mas também colecções científicas e naturais, instrumentação científica para os Colégios (sobretudo Física e Astronomia) e organização e implantação da Biblioteca, coroa de glória de todo este empreendimento cultural e científico. Da leitura deste breve historial (de 1902 em diante) ficamos completamente cientes da rede de contactos científicos e pessoais que o rosto humano da *Brotéria* havia tecido com os *Annaes de Sciencias Naturais* do Porto, com o *Boletim da Sociedade Broteriana* de Coimbra, com a *Gazeta das Aldeias – revista agrícola do Porto*, com a *Revista Agronómica*, em Lisboa, com a *Revista de Química Pura e Aplicada, do Porto*, dirigida por Ferreira da Silva, para além do mérito de reconhecimento obtido pela Real Academia das Ciências de Lisboa.

Temos pois um caldo de instituições, personalidades e espaços de ciência e de ensino de saberes científicos naturais que se cruzaram com as três séries organizativas da *Brotéria*, a partir de 1907: «Botânica», «Zoologia» e «Vulgarização Científica». Ou seja, à data de 1910 já havia uma memória cultural e científica, um capital de identificação própria que foi posto a capitalizar, interna e externamente.

Em 1913, a partir de uma tipografia de Madrid, a *Brotéria* dá sinais de vida para Portugal e para o Mundo, como demonstra cabalmente o apêndice documental (cfr. páginas 31-60). Um repositório informativo que tem como principal objectivo evidenciar que os actores científicos da *Brotéria* se encontravam activos, em exílio, abrindo um capítulo da agenda historiográfica «ciência no exílio»; porém, neste opúsculo mostra-se claramente que o exílio tinha reconhecimento, apoios diplomáticos e científicos, para além de se evidenciar que a *Brotéria* científica – através das séries Botânica e Ciências *Naturais*, com incursões pela Geologia – se ia manter activa, a partir de diferentes pontos do mapa – mundo: Brasil, Espanha, Holanda, Bélgica.

A ligação entre estes naturalistas – jesuítas – cientistas far-se-ia pela publicação de artigos, pela alimentação da revista *Brotéria*, mostrando-se, pois, operante e viva face à comunidade científica. Ou seja, a rede de contactos científicos far-se-ia (e de facto foi assim que se organizou e realizou) pela via da circulação de artigos publicados num título de uma publicação cultural e científica.

4. Breve Balanço Aberto

A incursão breve pela revista *Brotéria* permitiu e repensar a cronologia da história da cultura e da ciência no século XX – numa perspectiva internacional, numa visão comparada, à luz de novas agendas de investigação. A publicação cultural – ligada ao Colégio de S. Fiel – Companhia de Jesus – é vista como uma instituição, uma comunidade de divulgadores, de amadores científicos, de um conjunto de saberes úteis para o ensino e para as sociedades científicas nacionais e internacionais.

Através da análise de *focus* pela imprensa científica – as das revistas médicas e a publicação dos jesuítas – entendemos algumas das teias de inlegibilidade da história dos ideais entre Monarquia, a República e, porventura, com traços de permanência para o estado Novo.

Percebemos que o uso de cronologias políticas para territórios científicos e culturais não é operacional, dado que se trata de uma gramática que nem sempre funciona, ou pelo menos que é bastante mais complexa que o simples alinhar de factos e datas de acontecimentos políticos institucionais.

O fervilhar da sociedade é bem mais complexo e abrangente, sob o ponto de vista dos actores, dos seus trajectos e das suas redes de contacto. A *Brotéria* científica durante a República permite-nos, de facto, equacionar e (re)pensar muitos dos mitos e de ideias feitas na historiografia nacional, bem assim em alguns dos tópicos que a historiografia internacional lança sobre a realidade portuguesa. •